

Atearam fogo às vestes

MÁRCIO MOREIRA ALVES

Para quem a paixão cega, nem cem olhos bastam. Sebastião da Rocha Pitta, nosso primeiro historiador, escreveu esta frase depois de narrar a emboscada armada pelos emboabas contra os paulistas. Aplica-se perfeitamente aos trabalhos de demolição da coisa pública ocorridos no Congresso ao longo da quarta-feira.

A primeira bomba explodiu de surpresa, logo depois do almoço. O líder do governo e os dos partidos engajados na revisão estavam em variados gabinetes, discutindo a aprovação da inversão da pauta de votações e as possibilidades de se aprovar, ainda esta semana, o Fundo Social de Emergência.

No vazio político, entrou em votação um decreto legislativo, resultante da CPI sobre o endividamento agrícola. Emendado pelo líder dos grandes proprietários de terra, deputado Ronaldo Caiado (PDS-GO), o decreto legislativo perdoava juros e correção monetária das dívidas contraídas por fazendeiros desde dezembro de 1979. Ou seja, na verdade, aprovaram um perdão generalizado para essas dívidas. Votaram a favor 204 deputados, contra, 71, o que já dá uma medida da cumplicidade dos parlamentares com a inflação.

As informações do Banco do Brasil sobre o tamanho do rombo: US\$ 23 bilhões. US\$ 3 bilhões a mais do que o ajuste fiscal pretendido pelo governo. Mais que o pa-

trimônio do Banco do Brasil. Há, ainda, a possibilidade de o Senado barrar a marcha da insensatez, mas o dano à imagem do Congresso está feito. O Banco do Brasil já faliu duas vezes ao longo da sua história. Pode falir a terceira.

Humberto Lucena, parlamentar desde o tempo em que se amarrava cachorro com linguça, lança um olhar tristonho sobre o Congresso que preside. "Não há lideranças de governo. O Pedro Simon é queridíssimo, mas é um poeta. Não se ocupa dos pleitos dos senadores. O Luiz Carlos Santos, que parece habilidoso, chegou há uma semana e não conhece a Câmara. As votações podem ir para qualquer lado, dependendo do momento."

À noite, a votação foi para o lado do brejo. O comparecimento era maciço: 75 dos 81 senadores, quase 400 deputados. Os líderes que

apóiam o plano de estabilização o governo fizeram uma rápida avaliação e decidiram arriscar a votação do pedido de inversão de pauta, para que se pudesse votar o Fundo Social de Emergência antes dos demais temas em pauta.

O fio da costura era fraco e se quebrou. Esperidião Amin (PPR-SC) foi à tribuna e, pela primeira vez na vida, declarou o seu partido em obstrução, somando aos da esquerda os seus 66 votos. As restrições à redação da proposta, que haviam apresentado ao ministro Fernando Henrique Cardoso em

uma reunião pela tarde, não tinham sido levadas em consideração. Não dera tempo, argumentavam os exasperados negociadores do governo.

AMIN FOI À TRIBUNA E, PELA PRIMEIRA VEZ NA VIDA, DECLAROU SEU PARTIDO EM OBSTRUÇÃO

Falar mal do governo é tão gostoso que não deve ser privilégio dos nossos adversários, dizia Milton Campos. Os congressistas do PPR, que têm a alma governista, pareciam rejuvenescidos com a escapa-ta para a oposição. O placar caminhava lentamente. Era necessário que 293 congressistas marcassem a presença. Depois dos 250 as marcações caminhavam com lentidão exaspe-

rante. Finalmente, Lucena deu 20 minutos de prazo para o encerramento da votação. O placar estava em 274. Caminhou até 277 no tempo previsto. Faltavam 16.

José Richa (PSDB-PR) observou: "Se nós estivéssemos no parlamentarismo, o Ministério teria caído. Se, à meia-noite, a oposição não aprovasse um programa alternativo ao do governo, o Congresso seria dissolvido e seriam convocadas novas eleições. Seria a maneira de acabar com a irresponsabilidade fiscal dos parlamentares."

Richa talvez tenha razão. Ninguém parecia preocupado com a decisão tomada, apesar de Fernando Henrique Cardoso ter dito que renunciaria se o Fundo Social de Emergência não fosse aprovado.

Lembrei-me de antigas notícias de polícia: Treloucada, a infeliz ateou fogo às vestes.